

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16359 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 21 - Trabalho e Educação

Trabalho, educação e reprodução social da classe trabalhadora imigrante em Santa Catarina, Brasil

Natalia Palhoza - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes - CNPq

## **TRABALHO, EDUCAÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL DA CLASSE TRABALHADORA IMIGRANTE EM SANTA CATARINA, BRASIL**

**RESUMO:** O objetivo desta pesquisa é analisar a relação entre reprodução social da classe trabalhadora e o trabalho entre os ítalo-descendentes nas pequenas propriedades rurais vitivinícolas do interior de Santa Catarina. Foi realizada pesquisa de campo por meio de: a) entrevista semi estruturada com idosos; b) análise documental do acervo fotográfico e material do Museu do Vinho Mário de Pellegrin; c) análise de literatura científica sobre trabalho, infância, escolarização e reprodução social entre ítalo-descendentes. Consta-se que, nas famílias estudadas, os indivíduos foram socializados desde a tenra infância a partir do trabalho, reproduzindo-se como trabalhadores que dominam as técnicas produtivas e que aceitam o trabalho em sua forma capitalista: a sua dureza e exploração inerente, as determinações impostas como papéis de gênero, a propriedade privada da terra e dos meios de produção, a necessidade de colocar alguma mercadoria no mercado para obter a própria existência como algo natural.

**PALAVRAS-CHAVE:** trabalho, educação, reprodução social, migração, classe trabalhadora.

O texto em tela aborda a relação entre trabalho e educação a partir de pesquisa de dissertação de mestrado defendida pela primeira e orientada pela segunda autoras em 2019 na Universidade Federal de Santa Catarina. A pesquisa realizada abordou o trabalho, a educação e a reprodução social da vida de famílias descendentes de imigrantes italianos e residentes em pequenas propriedades vitivinícolas no interior de Santa Catarina, considerando um recorte temporal entre do início dos anos 1920 até cerca de 1970. O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre reprodução social da classe trabalhadora e trabalho em tais propriedades rurais vitivinícolas, tendo em vista a especificidade assumida tanto pela instituição familiar no modo capitalista de produção, quanto das pequenas propriedades rurais familiares neste mesmo cenário.

Com vistas a alcançar tais objetivos, desenvolveu-se pesquisa de campo por meio de entrevista semiestruturada com seis idosos que cresceram e trabalharam nas pequenas propriedades rurais do município de Videira, Santa Catarina, Brasil. Também foi realizada análise do arquivo histórico sobre migração e produção vitivinícola do Museu do Vinho Mário de Pellegrin (Videira/SC), e em seu acervo fotográfico e bibliográfico que contempla memórias de famílias da região. Por fim, foi realizada revisão e análise de literatura acadêmica, considerando trabalhos já desenvolvidos sobre a constituição das pequenas propriedades rurais, o trabalho, a educação e a reprodução social de imigrantes no Sul do Brasil.

Entendemos que a organização da família contemporânea é produto de um longo processo histórico vinculado à origem da propriedade privada. Engels (1984) revela que a família monogâmica nasce junto à demanda por controle da origem sanguínea da prole, uma vez que a sucessividade da propriedade privada dependia dos laços consanguíneos. Como não era possível reconhecer os herdeiros legítimos de um homem cuja parceira era poligâmica, passou-se a controlar os corpos femininos, limitando o seu envolvimento com o sexo oposto. A propriedade privada é característica essencial do capitalismo, portanto, mantém-se a estrutura da família monogâmica compreendida hegemonicamente como tradicional.

Heller (1980) revela que, na organização da família tradicional, há a predominância da autoridade paterna enquanto líder e os demais membros devem-lhe obediência. A partir de Perrot (2010), nota-se que isso está atrelado à ruptura entre os espaços privados e públicos, de modo que as mulheres são restringidas ao lar, no âmbito privado, desenvolvendo atividades essencialmente reprodutivas. Enquanto isso, os homens ocupam os espaços públicos, de tomada de decisão, de negociação e organização política. Isso significa um isolamento e um silenciamento social das mulheres, historicamente excluídas dos espaços coletivos.

No modo de produção capitalista, a família é a instituição privilegiada para a formação da força de trabalho futura. Isso tanto em seus aspectos biológicos, quanto em questões ideológicas, subjetivas, que qualificam os indivíduos desde cedo para a internalização de valores próprios da sociedade capitalista. Esse papel de educação é delegado prioritariamente às mulheres, constituindo uma das formas de opressão de gênero mais características do capitalismo. A formação e a educação familiar dos seres humanos, de acordo com Arruza, Bhattacharya e Fraser (2019), faz parte da reprodução social e é vital para a manutenção e a perpetuação do modo de produção capitalista. Na mesma medida em que este tipo de atividade de trabalho reprodutivo é importante, ele é também invisibilizado, desvalorizado e realizado historicamente e majoritariamente por mulheres pobres, negras, migrantes. Para Bhattacharya (2023), é necessário entender a teoria da reprodução social a partir da categoria totalidade, onde produção e reprodução formam uma unidade dialética. Assim, a reprodução social da vida e o trabalho que ela demanda (realizado geralmente por mulheres de forma mal ou não remunerada), é imprescindível para a produção social do sistema capitalista.

No contexto específico desta pesquisa, é relevante considerar que as famílias de ítalo-descendentes no interior de Santa Catarina eram extensas. Embora constituídas enquanto unidades produtivas, tais propriedades rurais eram caracterizadas por um baixo nível tecnológico: eram ausentes de maquinaria e o processo produtivo era realizado com ferramentas simples e manuais e, por vezes, com tração animal e o emprego de muito trabalho humano familiar. Assim, todos os membros da família trabalhavam desde a tenra idade em atividades que aumentavam de intensidade e complexidade conforme os indivíduos iam crescendo de modo que, ao atingirem a adolescência, trabalhavam da mesma forma que os adultos. O trabalho resultava na produção de matérias-primas – em especial, de uvas – que eram vendidas à indústria de modo a possibilitar a manutenção da existência de toda a família e a reprodutibilidade da produção rural daqueles núcleos.

Observou-se, que as famílias tinham centralidade na autoridade paterna e que, embora mãe/esposa e filhos discordassem das suas decisões, estas eram acatadas. Isso pode ser ilustrado na fala de uma entrevistada de 102 anos ao contar que migrou para o Paraná e para Mato Grosso. Acerca desta última migração, a entrevistada alegou não concordar, mas aceitou mesmo assim. Em suas palavras: “*eu não queria, nós estávamos bem arrumados [...] Eu não queria, mas para obedecer ele...*”. Demonstra, desta forma, submissão às decisões do marido, o chefe da família em sentido de autoridade.

Tornou-se evidente que, na divisão familiar do trabalho nas pequenas propriedades rurais observadas, a organização das atividades de trabalho eram reservadas aos homens. Eram estes que “cuidavam dos negócios da família”, ou seja, que realizavam a comercialização das mercadorias produzidas e a tomada de decisões acerca dos interesses da propriedade familiar. Comumente, eram os filhos meninos que acompanhavam o pai nestas atividades públicas.

Constatou-se que as mulheres eram as responsáveis majoritárias pelo trabalho reprodutivo não remunerado, uma vez que ficavam incumbidas do cuidado com as crianças e das tarefas domésticas essenciais à manutenção da vida do núcleo familiar e que, inclusive, garantiam a realização do trabalho produtivo masculino. De modo geral, entre as entrevistadas, evidencia-se que as atividades domésticas eram realizadas pela manhã, para que o almoço estivesse pronto assim que os demais familiares voltassem do trabalho na roça ao meio-dia. Porém, isso não significa a dispensa da labuta na lavoura: no contraturno, as mulheres também trabalham na produção rural e no cuidado com os animais da propriedade.

Nas famílias estudadas, as crianças também tinham tarefas e aprendizagens específicas, como coletar pasto e alimentar animais, ordenhar as vacas, recolher ovos, além de acompanharem seus pais no trabalho na roça. No entanto, é importante ressaltar que a divisão do trabalho entre os gêneros impactava igualmente nas atividades laborais das crianças: as meninas mais velhas tinham a atribuição do cuidado com os irmãos menores e do trabalho doméstico tão logo se tornassem fisicamente hábeis. No depoimento de uma senhora de 67 anos, ela considera que *“os mais velhos tomavam conta sempre dos menores. Isso era praxe. Até pra lavar a roupa, pra limpar a casa, pra fazer os servicinhos mais leves, fazer comida também, as mães deixavam a gente em casa. E daí ensinavam e tudo”*. É lugar comum na fala de várias entrevistadas o alto nível de exigência imprimido sobre o seu trabalho quando meninas, uma vez que a mãe verificava a qualidade dos trabalhos realizados e as obrigava a refazê-lo quando os julgasse malfeitos. Isso, segundo as mulheres entrevistadas, tinha função de ensiná-las a fazer os trabalhos domésticos da forma correta, com capricho.

Em síntese, o trabalho era atividade central desde a infância nas pequenas propriedades rurais estudadas. Como as famílias dependiam de seu próprio trabalho para subsistência, este era primordial em relação aos momentos de descanso, de estudo e de socialização. Além disso, o trabalho também era entendido a partir de um viés pedagógico em dois sentidos diferentes, embora complementares: era visto como uma virtude que enobrece o caráter dos indivíduos de modo que era positivo que as crianças fossem inseridas desde cedo nas atividades laborais e assim aprendessem a naturalizar sua dimensão explorada como algo inerente e inquestionável; ademais, era por meio do trabalho junto aos adultos que as crianças se formavam como trabalhadoras, aprendendo as atividades essenciais para a continuidade das pequenas propriedades rurais ou ainda para serem boas trabalhadoras em outros postos produtivos quando adultas.

Para Bhattacharya (2023), pensar a reprodução social significa pensar em quem produz o trabalhador. Entendemos que, além de quem, precisamos também pensar como se formam e se constituem os trabalhadores/as desde a tenra idade: com que ideias, valores, cultura, lazer, afetos, esportes, costumes, alimentação, hierarquias, etc., são formadas as pessoas da classe trabalhadora? Para a autora, a mercadoria força de trabalho é diferente das demais e, por isso, não pode ser formada em uma linha de produção fabril. Há especificidades em seu processo formativo que sintetizam valores, cultura, costumes, consciência, condutas, opressões, explorações, des/obediências, des/respeitos, críticas e libertações. Assim, a reprodução social que ocorre na família pode ser tanto um espaço de opressão e aceitação coercitiva como de crítica, libertação e rompimento contra o que oprime e explora.

Conforme Meszáros (2002), todo sistema tem instituições que reproduzem seus modos, costumes, ideologias e valores para garantir sua perpetuação. Neste sentido, a escola e a família são instituições fundamentais à reprodução social da vida no interior da produção capitalista. Para o autor, a questão que envolve a emancipação e o feminismo é um dos limites absolutos do capital por dois motivos: a) a mulher é sempre utilizada como força de trabalho mais barata (*cheap labour*) do que o homem para o desempenho de mesmas funções ou para aquelas de menor prestígio; b) a mulher desempenha um papel social estratégico relacionado à reprodução social e à educação da força de trabalho futura. Além disso, quando o sistema de produção entra em crise, há um aumento nas cobranças sobre as mulheres com relação à educação dos filhos dentro dos preceitos da família monogâmica burguesa. Uma família que incentive a educação crítica e libertária, que questione esferas de poder e hierarquias é maléfica aos interesses do sistema.

Inseridas nessa totalidade, a educação das famílias pesquisadas seguia os preceitos da disciplina para o trabalho e a obediência às hierarquias familiares e sociais. A figura paterna tinha que ser respeitada e obedecida assim como o patrão e as leis do Estado capitalista. Por meio do trabalho desde cedo, as crianças se reproduziam socialmente como trabalhadoras com as qualidades específicas do modo de produção capitalista: aceitando as durezas do trabalho e as determinações impostas como papéis de gênero, a propriedade privada da terra e dos meios de produção, a necessidade de colocar alguma mercadoria no mercado para obter a própria existência. Percebemos que a educação para o trabalho explorado no bojo da família agrícola e migrante no Sul do Brasil tinha um caráter reprodutivo e coercitivo contribuindo à construção de consenso em torno da cultura necessária à reprodução social do sistema capitalista.

Capital e trabalho tensionam-se historicamente acerca das condições de reprodução social da vida: enquanto o capital luta pela diminuição dos custos de produção da mercadoria, pela redução do tempo livre e pelo rebaixamento dos custos da força de trabalho e de sua reprodução social tendo como horizonte o aumento da mais valia, os trabalhadores, por outro lado, lutam pela ampliação de seus direitos, por melhores salários e benefícios sociais, pela redução da jornada. Buscam, em outros termos, maiores possibilidades para se reproduzirem socialmente nos espaços privados, domésticos, comunitários com qualidade. Assim, a história da luta de classes evidencia que a melhora da reprodução social da vida dos/as trabalhadores/as ocorre em direção oposta à ampliação da mais-valia. Se o capital luta para diminuir ao máximo o custo da reprodução social da classe trabalhadora (sobretudo por meio do trabalho não remunerado ou mal remunerado feminino), os trabalhadores lutam para ampliá-lo por meio de mais direitos, melhores salários, benefícios. Entretanto, há que se considerar que uma vida plena de sentido para a classe trabalhadora somente será possível com a superação da lógica que subjuga a reprodução social da vida ao trabalho produtivo capitalista.

## REFERÊNCIAS

ARRUZA, C; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. . São Paulo: Boitempo, 2019.

BHATTACHARYA, T. Mapeando a teoria da reprodução social. In: BHATTACHARYA, T. (Org.) **Teoria da Reprodução Social**: remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo. Ed. Elefante. 2023. (p. 17-42)

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

HELLER, A. O futuro das relações entre os sexos. In: MARIE, E. (org.). **Da velha à nova família**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. p. 29-46.

MESZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo. 2002.

PERROT, M. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

### **Agradecimentos:**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e com o apoio do CNPq por meio de bolsa de produtividade em pesquisa ao segundo autor.